

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada 2

Atena
Editora
Ano 2019



Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada 2

Atena
Editora
Ano 2019



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	As teorias econômicas e a economia aplicada 2 [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-742-0 DOI 10.22533/at.ed.420190611 1. Economia. 2. Política econômica. I. Série. II. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que venho lhes apresentar a segunda edição do livro *As Teorias Econômicas e A Economia Aplicada*. Nesta nova edição, algumas das características se mantiveram em relação ao primeiro volume. A diversidade regional e a ampla gama de formas metodológicas de se abordar estudos de economia são uma característica evidente neste livro e em sua primeira edição. As novidades são os temas que os artigos tratam.

Este livro se inicia com quatro artigos que de alguma forma tratam do mercado de trabalho e de como os trabalhadores se inserem na restante da sociedade. Estes artigos abordam questões como quais os efeitos de estruturas de produção e políticas econômicas sobre o bem estar dos trabalhadores, como políticas econômicas e choques exógenos afetam os nível de salários e as relações de trabalho. O desemprego é outro fator abordado entre estes artigos iniciais, principalmente o desemprego entre os mais jovens, pois nesta faixa etária, o nível de desemprego se mostra insistentemente maior se comparado à população economicamente ativa mais velha.

Outras questões abordadas aqui são: a relação entre publicação científica nas universidades e o desenvolvimento econômico; a relação entre crimes financeiros e seus impactos na economia, além da investigação dos determinantes de exportações de bananas. O primeiro se justifica pela evidente relação entre produção científica e desenvolvimento de uma sociedade. O segundo, engloba uma das questões mais destacadas na nossa sociedade atualmente que é o combate à corrupção, principalmente aos fatos ligados à operação lava jato. O último, ao tratar das exportações, nos fornece uma evidência empírica relevante e mais um exemplo de como se utilizar a econometria de séries temporais em estudos aplicados ao comércio internacional.

Portanto, aos interessados, apreciem esta nova edição, que com certeza, irá contribuir na formação de seus leitores, sejam eles da área de economia ou de qualquer outra área de estudo cujo pesquisador se interesse pelas questões aqui apresentadas.

Lucca Simeoni Pavan

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CRISE DO CAPITAL E OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA PRODUÇÃO DE CALÇADOS – REGIÃO DO VALE DOS SINOS/RS	
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.4201906111	
CAPÍTULO 2	13
UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE RIGIDEZ SALARIAL EM MODELOS MACROECONÔMICOS DSGE	
Lucca Simeoni Pavan	
DOI 10.22533/at.ed.4201906112	
CAPÍTULO 3	32
O CAPITAL INTELECTUAL SOBRE A ÓTICA DA TEORIA DA AGÊNCIA	
Tamires Almeida Carvalho	
André de Sousa Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.4201906113	
CAPÍTULO 4	44
UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO E A JUVENTUDE BRASILEIRA: EM BUSCA DE NOVOS HORIZONTES	
Arlete Longhi Weber	
Laércio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4201906114	
CAPÍTULO 5	56
NOTAS SOBRE AS RECENTES PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS EM UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO: UMA REPRESENTAÇÃO TRIENAL A PARTIR DA REVISÃO EM UMA BASE DE DADOS	
Anderson Correa Benfatto	
Miguelangelo Gianezini	
DOI 10.22533/at.ed.4201906115	
CAPÍTULO 6	72
CRIMES FINANCEIROS E SEUS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA: UMA ANÁLISE DA COLABORAÇÃO PREMIADA COM O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Paulo Ricardo Madeira Wendling	
Bernardo Silva de Seixas	
DOI 10.22533/at.ed.4201906116	
CAPÍTULO 7	94
DETERMINANTES DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE BANANA VIA VETORES AUTORREGRESSIVOS	
Weider Loureto Alves	
Sávio Medeiro Viana	
DOI 10.22533/at.ed.4201906117	

CAPÍTULO 8	105
RELAÇÕES CAPITALISTAS EM DESTAQUE NAS ANIMAÇÕES	
Carla Lima Massolla Aragão da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.4201906118	
CAPÍTULO 9	118
UMA INVESTIGAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO DE <i>CLUSTERS</i> DE DESENVOLVIMENTO NO NORTE DE MINAS GERAIS ENTRE OS ANOS DE 2005, 2010 E 2015	
Raiane Benevides Ferreira	
Paulo Ricardo da Cruz Prates	
Luciana Maria Da Costa	
Tânia Marta Maia Fialho	
DOI 10.22533/at.ed.4201906119	
SOBRE O ORGANIZADOR	146
ÍNDICE REMISSIVO	147

UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO E A JUVENTUDE BRASILEIRA: EM BUSCA DE NOVOS HORIZONTES

Arlete Longhi Weber

Centro Universitário Leonardo da Vinci
(UNIASSELVI)
Indaial/SC

Laércio de Souza

Universidade de Blumenau (FURB)
Blumenau/SC
Instituto Federal Catarinense
Rio do Sul/SC

RESUMO: O público jovem possui maior contato com as novas tecnologias, mas mesmo assim o índice de desemprego na faixa etária dos 14 aos 29 anos é grande na maioria dos países. Partindo de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre juventude e emprego, este trabalho busca fazer uma análise da relação entre trabalho, educação, juventude e desemprego, buscando novos horizontes. São grandes os desafios sociais e políticos no tocante a inserção do jovem no mercado de trabalho. Minimizar frustrações e conciliar anseios e necessidade pessoais com as profissionais e com as dos empregadores perpassam por educação de qualidade, ensino e aprendizagem mais próximos da realidade laboral bem como incentivo à inovação, conhecimento tecnológico e a busca por um desenvolvimento mais sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Educação;

Trabalho.

A LOOK AT BRAZILIAN EDUCATION AND YOUTH: LOOKING FOR NEW HORIZONS

ABSTRACT: The young public has greater contact with the new technologies, but even so the unemployment rate in the 14-29 age group is large in most countries. Starting from data from the International Labour Organization (ILO) on youth and employment, this work seeks to make an analysis of the relationship between work, education, youth and unemployment, seeking new horizons. There are great social and political challenges in terms of the integration of young people into the labour market. Minimising frustrations and reconciling personal needs and desires with those of professionals and employers go hand in hand with quality education, education and learning that are closer to the work environment and encourage innovation, technological knowledge and the search for more sustainable development.

KEYWORDS: Youth; Education; Job.

1 | INTRODUÇÃO

A crise do emprego e do Estado de bem-estar que assolou as economias capitalistas nos anos 90 foi decisiva para colocar em evidência o tema do emprego e trabalho na

sociedade contemporânea, em especial para grupos considerados vulneráveis, como os jovens. Do ponto de vista mais geral, as discussões foram pautadas tanto pelos argumentos do fim dos empregos (RIKFIN, 1995), quanto pelas buscas de saídas a partir do retorno da intervenção estatal para a geração de trabalho e renda e das apostas em novas formas de integração ao sistema produtivo (empreendedorismo, cooperativismo, iniciativas comunitárias, economia solidária etc.).

A educação sempre surge como uma perspectiva de mudança, de dias melhores, de impulsão ao desenvolvimento econômico e social relacionando esta diretamente ao trabalho, à produção do capital pois conforme Frigotto é do investimento em educação que resultariam taxas de retorno sociais e individuais, saindo daí a relação entre educação e produção (FRIGOTTO, 1986).

Nos últimos tempos a dinâmica do mercado reorganizou e reestruturou as formas de trabalho bem como da vida social. Esta reestruturação produtiva exige maior nível educacional, maior saber no manuseio tecnológico, mas também trabalho em equipe e experiência profissional, sendo esta última, um grande desafio para a classe jovem que está iniciando sua inserção no mercado de trabalho tendo grande potencial para exército de reserva.

Este trabalho propõe uma reflexão acerca da relação entre jovens, educação e trabalho. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, os jovens apresentam maior domínio das novas tecnologias, mas de modo geral, tanto no Brasil como no mundo, tem o maior índice de desemprego (OIT, 2017). Muitos são os fatores que influenciam para que a juventude entre 14 e 29 anos esteja entre os maiores índices de desocupação laboral, como falta de experiência, qualificação e uma educação que não prepara o jovem de forma efetiva para o mercado de trabalho. Para tal análise primeiramente discorreremos sobre a relação educação e trabalho, para logo após apresentarmos alguns dados sobre juventude, educação e trabalho e por fim, perspectivas, oportunidades e desafios.

2 | RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO

A relação entre educação e trabalho não é novidade, desde sempre se associa ou se vincula a educação ao ato do trabalho. O trabalho faz parte da vida do homem desde seus primórdios, seja como caçador/colhedor no nomadismo, como artesão na era medieval ou como parte de um processo industrial no século XX (RIFKIN, 1995). O trabalho é uma condição da existência humana, uma necessidade natural de mediação entre homem e natureza (MARX, 1996).

A essência do homem é o trabalho e que este não precede a existência humana, mas é sim produzido pelo próprio homem através de suas ações/transformações na natureza e que, portanto, o homem aprende a ser homem, constituindo assim, um processo educativo (Saviani, 2007).

[...] a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações (SAVIANI, 2007, p. 154).

Trabalho e educação são típicos do homem, apenas o homem trabalha e educa (SAVIANI, 2007). Marx relata que para a natureza humana alcançar habilidade e destreza para um determinado ramo de trabalho é necessária uma formação ou educação, tendo em vista que os trabalhadores envelhecem e necessitam ser substituídos (MARX, 1996).

Com o advento da produção capitalista a relação trabalho/educação acabou se intensificando ainda mais, surgindo a necessidade de trabalhadores providos de especialização, de habilidades mais específicas. As formas taylorista e fordista de organização do trabalho desenvolveram uma rede de escolas destinadas a atender a formação instrumental inerentes às atividades práticas para atendimento da especialização do trabalho exigida pelo novo modelo produtivista (KUENZER e GRABOWSKI, 2006).

Segundo o Ministério da Educação do Brasil a preparação para o trabalho através da educação já vem de muito tempo, praticamente desde a época da colonização onde os índios foram os primeiros aprendizes. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808 D. João VI cria o Colégio das Fábricas, primeiro estabelecimento criado pelo poder público para educar artistas e aprendizes vindos de Portugal (GARCIA, 2000 apud MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). A Lei 9394/96 que regulariza as Diretrizes e Bases da Educação Nacional trata como uma das finalidades da educação a qualificação para o trabalho afirmando que esta relação educação-trabalho deve ser estabelecida nos dois níveis escolares (básico e superior). Assim sendo, percebe-se que a preparação para o trabalho está incorporada nas bases educacionais brasileiras e que mesmo o indivíduo ainda quando criança nem pense em trabalhar, essa ideia já lhe é incutida no seu preparo educacional e nas suas relações sociais.

O trabalho como conceito antropológico é um ato de mediação entre os homens e a natureza, que ultrapassa a atividade instintiva dos animais, convertendo-se na força pela qual a humanidade criou o mundo que conhecemos (MARX, 1985). A vida do ser humano é permeada por necessidades de sobrevivência e atividades de criação. Mulheres e homens usam sua capacidade mental, os instrumentos e as matérias-primas com o objetivo de transformar a natureza em coisas úteis. Se o trabalho é a relação do homem com a natureza, podemos entender esta relação como um processo educativo.

Ao mesmo tempo, é fundamental considerar que essas relações se estabelecem em condições sociais determinadas. No modo de produção capitalista, os indivíduos trabalham sob o controle do capitalista e perdem a propriedade dos meios e instrumentos e o produto do seu trabalho (MARX, 1985). Nessas condições, podemos

situar o trabalho assalariado, que produz valores de uso – “trabalho útil” ou “trabalho concreto”; e valores de troca – “trabalho abstrato, ” como dispêndio de força de trabalho humano sobre relações econômicas e sociais definidas, independentemente de características específicas ou do que é produzido. (BOTTOMORE, 1988). O “trabalho concreto” e o “trabalho abstrato” não constituem momentos estanques, separados; eles formam a mesma unidade com diferentes aspectos de uma dada atividade.

Em qualquer trabalho, ocorre o envolvimento entre mente e corpo, portanto, no decorrer das práticas de trabalho, “há produção de bens materiais, mas também construção de representações e saberes, ou seja, de habilidades técnicas, saberes sobre o trabalho e sobre as relações em que se produz o trabalho e o trabalhador”, constituindo momentos de formação e aprendizagens (MANFREDI, 2007, p. 27). Para aproveitamento das oportunidades que se delineiam para o mercado de trabalhos são fundamentais a prevalência de educação de qualidade e distribuição homogênea para a população. A aquisição de habilidades e de qualificações básicas para aprender constitui a base a qual a formação profissional e continuada deve se somar, no intuito de garantir a igualdade de oportunidades.

2.1 Jovens, educação e trabalho

O informativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as tendências mundiais relacionadas com juventude e emprego, publicado em 2017, relata que entre as décadas de 1997 e 2017 a população de jovens no mundo aumentou em 139 milhões enquanto que a força de trabalho desta população diminuiu em 35 milhões. Em 1997, segundo a OIT, 21,7% dos jovens tinham emprego, já em 2017 apenas 15,5% da população mundial jovem estava empregada.

Outro dado reportado pela OIT no informativo sobre as tendências mundiais relacionadas com juventude e emprego (2017) consiste no labor informal dos jovens, haja vista que 76,7% dos jovens que trabalham se encontram na informalidade. Entre a população jovem mundial, existia em 2017, ainda um percentual de 21,8 que não estuda, não trabalha e nem está fazendo uma capacitação (OIT, 2017).

Quanto mais estudo tem o jovem, menos tempo ele leva para encontrar um emprego. Jovens com ensino superior encontram 2,6 vezes mais rápido uma colocação no mercado de trabalho quando comparados aos jovens com apenas o ensino primário (OIT,2017). Outro fator importante é a migração internacional, onde 70% das pessoas que deixam seus países, são jovens (OIT, 2017).

No Brasil existem cerca de 33 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, sendo que destes, 23% não trabalham nem estudam (RUCCI et al, 2018). As altas taxas de desemprego relacionada aos jovens de 15 a 29 anos é devido à baixa demanda por este tipo de mão de obra em virtude da baixa escolaridade e baixa experiência (OIT, 2018). A figura 1 apresenta os índices de desocupação por idade no Brasil (IBGE,

2018), revelando que os jovens são o grupo com maior taxa de desocupação, tendo um aumento de mais de 9% entre os anos de 2012 e 2017.

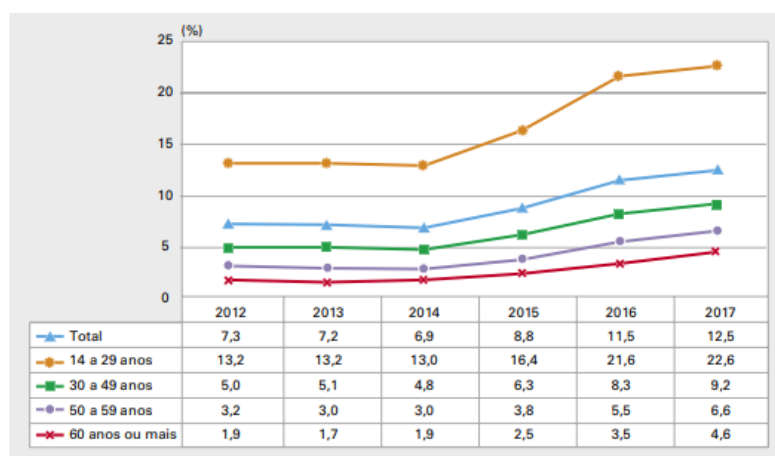


Figura 1: Brasil -Taxas de Desocupação por grupos de idade

Fonte: IBGE (2018, p. 35)

Dados recentes coletados para preparar o relatório *Perspectivas Sociais e Emprego no Mundo: Tendências 2019 (WESO)* indicam que, em 2018, a maioria dos 3,3 bilhões de pessoas empregadas no mundo não gozou de um nível suficiente de segurança econômica, bem-estar material e igualdade de oportunidades. Além disso, o avanço da redução do desemprego no mundo não se reflete em uma melhoria na qualidade do trabalho. Este relatório publicado pela OIT refere-se à persistência de vários déficits no trabalho decente, e adverte que, no ritmo atual, a realização da meta de trabalho decente para todos, estabelecida entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODES), especificamente no SDG8 (8º objetivo proposto pelo PNUD e que trata do trabalho decente e crescimento econômico) é inatingível para muitos países.

O relatório adverte que os formuladores de políticas devem abordar essa questão, caso contrário, há um risco de que alguns dos novos modelos de negócios, em particular, aqueles fomentados pelas novas tecnologias, minam as conquistas alcançadas no mercado de trabalho, por exemplo, aquelas relacionadas à formalidade trabalhista e à segurança no trabalho, proteção social e padrões trabalhistas. Entre as questões destacadas no relatório está a falta de progresso na diferença entre mulheres e homens na participação do trabalho. A taxa de participação feminina no trabalho foi de apenas 48% em 2018, bem abaixo dos 75% da taxa masculina. Da mesma forma, as mulheres predominam na força de trabalho potencial e subutilizada. Outro problema é a persistência do emprego informal: nesta categoria, não há menos de 2 bilhões de trabalhadores - 61% da população ativa do mundo. Outro aspecto preocupante é que mais de um em cada cinco jovens (menores de 25 anos) não trabalha, estuda ou recebe treinamento, de forma que suas perspectivas de emprego ficam comprometidas.

Considerando as mudanças na composição setorial do emprego, o relatório observa que os empregos no setor de serviços serão o principal motor do crescimento do emprego no futuro, enquanto os empregos nos setores agrícola e industrial continuarão a diminuir. Uma vez que o emprego vulnerável e informal é predominante na agricultura e nos serviços de mercado, as mudanças nos empregos projetadas em todos os setores podem ter um potencial limitado para reduzir os déficits de trabalho decente, se não forem acompanhadas de fortes esforços políticos para aumentar a qualidade dos empregos e a produtividade no setor de serviços.

O relatório também analisa a influência do envelhecimento da população e conclui que o crescimento da força de trabalho global não será suficiente para compensar a rápida expansão do grupo de aposentados. Segundo projeções do relatório, a média de idade dos trabalhadores irá aumentar de pouco menos de 40 anos em 2017 para mais de 41 em 2030.

As desigualdades em relação ao cenário atual, além de abrangerem a gama de formas típicas e atípicas de trabalho, incluem diferentes aspectos da população brasileira e de sua distribuição. Dentre os aspectos contemplados, destacaram-se aqueles ligados as desigualdades educacionais, de gênero, raça, idade e local de moradia. Em especial, os jovens apresentam maior taxa de desemprego do que adultos, que recai sobremaneira sobre os jovens pobres, mulheres, negros e pardos. Figura 2- Desemprego é mais forte entre as mulheres jovens no Brasil.

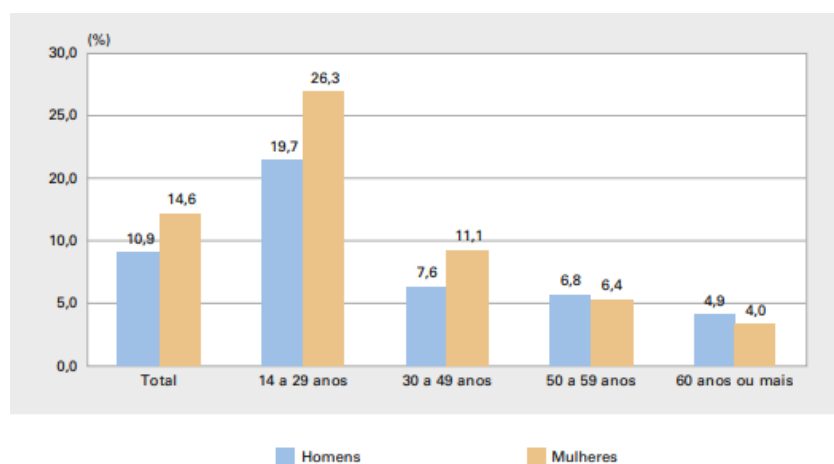


Figura 2: Taxa de Desocupação por sexo e grupo etário

Fonte: IBGE (2018, p. 36)

As discussões identificaram que, em parte, tais desvantagens estão conectadas ao fato de que a educação no Brasil tende a operar como sistema excludente, no qual o ensino médio, técnico e superior não atinge a demanda de grande parte da população. Em relação ao ensino superior, atualmente uma porcentagem de apenas 17% de brasileiros o completaram segundo IBGE (2018). A Figura 3 identifica que possuir o ensino superior diminui a taxa de desocupação no Brasil.

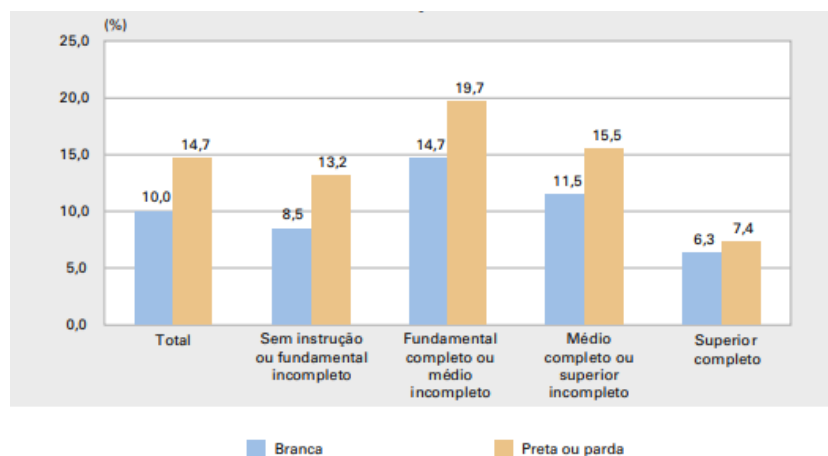


Figura 3: Taxa de desocupação, segundo cor ou raça, por nível de instrução (ano 2017)

Fonte: IBGE (2018, p. 36)

Para os jovens, a despeito da instabilidade social e econômica, o percurso de mobilidade social não pode ser visto apenas pelo nível educacional atingido e pela carreira profissional. A visão de mundo e os estilos de vida são fundamentais para compreender as opções realizadas nesse momento de vida, e implicam a inserção de cada um dos jovens nos diferentes mundos sociais e em diferentes redes de sociabilidade. Esse conjunto de fatores corresponde à posição relativa do indivíduo “ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital [...]” (Bourdieu, 1996, p. 27) e define um campo de possibilidades, dimensão sociocultural e espaço para formulação e implementação de projetos.

A flexibilização, o esmaecimento das fronteiras etárias, a pluralidade e a heterogeneidade de experiências geracionais e etárias têm sido apontados como fenômenos característicos da contemporaneidade. A crise no mercado de trabalho atinge de forma desigual diferentes grupos sociais e regiões do Brasil. O índice de desemprego no país é maior para mulheres, jovens e pessoas com baixa escolaridade. É o que mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2018) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As necessidades de qualificação profissional não dizem respeito apenas aos jovens, contudo cada vez mais, reconhece-se a importância da formação continuada dos trabalhadores de todas as idades e em todos os níveis, de forma que possam acompanhar as mudanças no trabalho, em especial as decorrentes da utilização de novas tecnologias na produção, adquirindo novas competências e assumindo novas funções. Não resta dúvida de que, se as mudanças por que passa o setor produtivo podem levar muitas vezes a extinção de certos tipos de ocupação, apresentam enorme potencial de criação de novos empregos.

As políticas públicas para os jovens tratam estes como um problema social tentando incorporar essa faixa etária no mercado de trabalho por meio da promoção, fortalecimento e ampliação de programas de transferência de renda e que para

Batista atendem muito mais a ordem do mercado do que a superação dos problemas sociais enfrentados pela juventude (BATISTA,2011). “A educação no Brasil tende a operar como sistema excludente, no qual o ensino médio, técnico e superior não atingem a demanda de grande parte da população” (OIT, 2018).

Quando olhamos para o ensino superior, percebe-se que há um aumento na oferta de cursos e modalidades que vão desde o presencial, semipresencial e EAD e também muitas políticas públicas de incentivo como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que é reembolsável, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), não reembolsável e o sistema de cotas (Lei 12711/2012). Mesmo assim, conforme o IBGE (2018), em 2017 apenas 17% da população de brasileiros entre 25 e 64 anos tinham o ensino de graduação completo. Este mesmo indicador fica com uma média de 30,3% nos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismo do qual o Brasil solicitou sua adesão, mas ainda não teve o aceite.

Embora ofertas de educação e capacitação profissional tenham aumentado no Brasil, percebe-se um desestímulo na busca dos jovens pela continuidade de sua formação bem como por um trabalho. Esse desinteresse pode estar atrelado às necessidades do capital que cada vez mais exige do ser humano, sugando suas forças devido às exigências impostas para que se consiga um emprego e até se permaneça empregado, não dando nada em contrapartida, a não ser a “esperança” que acaba desestimulando principalmente a juventude que tem anseios no hoje e não no futuro.

Educar e preparar jovens para o mercado de trabalho acaba sendo um desafio ainda maior nestes tempos de tecnologias móveis, informação globalizada, redes sociais e mudanças mercadológicas. É preciso rever modelos, rever estratégias para que este público jovem que vem chegando ao mercado de trabalho possa se inserir de forma preparada e contributiva para o sucesso de suas carreiras profissionais e anseios pessoais.

2.2 Perspectivas, oportunidades e desafios

Diante do cenário apresentado, muitos são os desafios em relação à juventude e o mercado de trabalho. Não adianta investimentos em educação para o trabalho, mais vagas no ensino superior se isso realmente não proporcionar expectativas reais nos jovens, expectativas de qualidade de vida, de segurança e bem-estar consigo e com a sociedade. O jovem de hoje necessita de algo mais, suprir as expectativas de “escravidão” do capitalismo e seu mundo de trabalho, o jovem necessita ter sonhos, sonhos realizáveis. Para a Organização Internacional do Trabalho a ampliação do acesso à educação não é suficiente, envolvendo outras questões como vemos:

Uma ampliação do acesso à educação, no entanto, não seria suficiente sem que sejam enfrentadas questões de relevância, conteúdo e eficácia dos currículos, uma vez que não existe uma relação automática entre uma educação formal e

Os índices de desemprego e as taxas de desocupação dos jovens relatadas por pesquisas corroboram para a identificação do novo perfil do exército de reserva. Exército esse que pode ser aproveitado tanto para o bem como para o mal, dependendo assim da qualidade de vida social e familiar que estes jovens levam pois sem projetos e sem perspectivas serão levados conforme o sopro do vento, conforme companhias e influências, vulneráveis ao acaso.

A mobilidade social que caracteriza a trajetória desses jovens deve ser pensada a partir de suas biografias e das trajetórias familiares. Elas são fundamentais para entender como jovens, e em especial, os oriundos de famílias de baixa escolaridade, com condições de trabalho precárias, entraram para a universidade e estão buscando postos de trabalho que mais se aproximam de suas aspirações profissionais e financeiras, identificadas pelo prestígio e *status*.

O ciclo de vida é, dessa maneira, a marcação do tempo da trajetória. Essa marcação no contexto contemporâneo aponta, justamente, para a complexidade da sociedade onde coexistem os valores individualistas e tradicionais na ação dos indivíduos, nos projetos de independência e autonomia e na preservação e valorização dos laços institucionais e afetivos da família. Mas, apesar dos pressupostos tradicionais de emprego, renda e formação, há uma necessidade de se identificar as formas distintas dos jovens perceberem as possibilidades de concretização dos seus projetos de vida. Este contexto merece um novo investimento de pesquisa que permita aprofundar alguns aspectos como o desalento quanto aos planos profissionais para o futuro e a garantia de uma educação realmente preparatório para os anseios profissionais. Para a Organização Internacional do Trabalho, quanto mais jovem, maior a taxa de desemprego e a mesma alerta:

A exclusão social pode aumentar a não ser que o mercado de trabalho ofereça a possibilidade de mobilidade e transferência de competências entre ocupações. Medidas como os Programas Jovem Aprendiz, Estágio e Pronatec²⁹, assim como a ampliação do acesso a cursos técnicos e de terceiro grau estão entre as medidas que podem encurtar o caminho da escola para o mercado de trabalho e diminuir o desemprego juvenil (OIT, 2018, p. 69).

Para que o futuro possa ser diferente, não bastam apenas políticas de incentivo à capacitação e ao aumento do nível de escolaridade, há a necessidade de políticas que estimulem o jovem a ter planos, sonhos e que criem expectativas estimuladoras de um futuro onde os planos possam ser realizáveis.

As escolas, por sua vez, devem divulgar as oportunidades de aprendizagem e cursos técnicos e aproximar os jovens aos trabalhos vigentes e potenciais. O Sistema Público de Emprego (SEP) deve apresentar melhores informações sobre o mercado de trabalho, as ocupações e os caminhos para diminuir as taxas de desemprego juvenil, incluindo oportunidades de inclusão nos programas de aprendizagem, em geral (OIT, 2018, p. 69).

Um novo horizonte consiste em mudanças voltadas para a cultura da inovação,

da geração do conhecimento, mão de obra qualificada e avanços tecnológicos (OIT, 2018). Produtividade e desenvolvimento tecnológico com foco em políticas de desenvolvimento sustentável são potenciais geradores de emprego (OIT, 2018).

Destacam-se também o reforço da carreira docente, da gestão escolar, investimentos em insumos complementares e na motivação dos alunos como fatores que podem contribuir com a melhoria da aprendizagem (BUSSO et al., 2017a; ELACQUA et al., 2018; OCDE, 2017a, apud RUCCI, 2018, p. 65). Outro ponto consiste em desenvolver habilidades socioemocionais com ênfase naquelas requeridas pelos empregadores como trabalho em equipe, liderança e responsabilidade (BASSI et al. 2012; NOVELLA et al. 2018 apud RUCCI, 2018, p. 65).

Muitos são os desafios para promover o ingresso mais eficiente dos jovens ao mercado de trabalho, visando um impacto menos frustrante no tocante à inserção destes no meio laboral. Tais desafios vão desde políticas mais eficientes de ingresso e capacitação dos jovens bem como melhoria da qualidade do ensino, inclusão tecnológica, desenvolvimento de habilidades de inovação, liderança e trabalho em equipe. Aproximação real da educação ao mercado de trabalho também constitui ação que aumenta as oportunidades de emprego bem como de progresso profissional.

O futuro do trabalho exige modelos de contratação flexíveis o suficiente para se ajustarem as mudanças na realidade do mercado. O aumento crescente do teletrabalho, por exemplo, que pode trazer inúmeros benefícios para o trabalhador, não deve cobrar um preço em termos de formalização e proteção social. O trabalho intermitente, aquele que oscila muito em função da natureza de certas atividades, tampouco deve se dar a margem do mercado formal. Formas atípicas de emprego não devem ser em suma, sinônimas de precarização. Recente estudo da OIT mostra que a mudança tecnológica, em si, não produz um resultado determinado e que entre um “futuro sem emprego e uma era de ouro de criação de novos postos de trabalho” resta muito espaço para moldar transformações que promovam o trabalho decente (Nubler, 2013).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o avanço do capitalismo insista na necessidade da capacitação profissional, na conveniência de alocar educação ao desenvolvimento econômico, percebe-se que essa realidade é incompatível haja vista que em países como o Brasil o acesso à educação, bem como a oferta de cursos profissionalizantes aumentaram e mesmo assim o desemprego, principalmente dos jovens é uma tendência. Percebe-se que os jovens consumidos pela necessidade imposta do capital de “ter mais”, mais estudo, mais capacitação, mais qualificação, mais renda, mais trabalho, acabam por desistindo de si mesmos, não tendo mais sonhos, aprisionados neste contexto desestimulam, perdem inclusive a força jovial de lutar por um mundo melhor, um

mundo diferente.

Diante desta realidade, muitos desafios permeiam as políticas públicas no tocante a inserção do jovem no mercado de trabalho, numa tentativa de minimizar frustrações e conciliar anseios e necessidade pessoais com as profissionais e com as dos empregadores. Neste contexto não bastam apenas a oferta de cursos de qualificação ou políticas monetárias de incentivo ao ensino superior, sendo necessário conciliar qualidade do ensino com aproximação da realidade laboral exigida no mercado de trabalho bem como dos anseios e expectativas do jovem com o seu futuro.

Tecnologia, inovação, desenvolvimento sustentável são temas com forte potencial presente e futuro no relativo a novos campos de emprego, necessário encontrar caminhos para incentivar o jovem bem como prepara-los para estes novos mercados. Fica o desafio, tanto para governos como para a sociedade civil e empresarial, buscar meios de agregar e potencializar as habilidades e competências dos jovens de forma que eles tenham ânimo e persistência para superar os desafios da própria faixa etária. As mudanças trazidas pela globalização estão ligadas ao comportamento de diferentes atores, cujas ações muitas vezes escapam ao controle estatal. Seria ilusório, assim, esperar que o Estado pudesse sozinho, responder a todos os desafios. Nunca é demais enfatizar, nesse contexto, a importância do diálogo com os parceiros sociais e o papel das organizações internacionais como promotoras do debate e da busca de soluções consensuais.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Roberto Leme. **A ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p.297-318, Jan/jun. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/>>

view/696/showToc>. Acesso em: 16 fev. 2019.

MANFREDI, S. M^a. Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações. In: SAUL, A. M.; FREITAS, J.C. (Org.). *Políticas Públicas de qualificação: desafios atuais*. SP: A+Comunicação, 2007. p. 9-36.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política** (vol. 1, tomo 1). São Paulo: Nova Cultura, 1996, (Os Economistas). Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

_____. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. (Coleção “Os economistas”)

NUBLER, I. **New technologies: A jobless future or a golden age of job creation?** *Research Department Working Paper No. 13*. Genebra: OIT, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perspectivas Sociais e Emprego no Mundo: Tendências 2019 (WESO)**. Disponível em <<https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso>> Acesso em: 28 fev. 2019.

ORGANIZACAO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Non-Standard Employment around the world: understanding challenges, shaping prospects*. Genebra: OIT, 2016.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2017: Caminos hacia un mejor futuro laboral**. Genebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2017. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_598679.pdf>. Acesso em: 10 fev.2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites**. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_626908/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **SDG8 – Trabalho decente e crescimento econômico**. PNUD. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books,1995.

RUCCI, Graciana et al. **Millennials en América Latina y el Caribe: ¿Trabajar o estudiar?** **Millennials**, Inter-American Development Bank. 2018. <http://dx.doi.org/10.18235/0001410>. Disponível em: <<file:///C:/Users/arlet/Downloads/Millennials-en-Am%C3%A9rica-Latina-y-el-Caribe-%C2%BFtrabajar-o-estudiar.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p.152-180, abr. 2007. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

LUCCA SIMEONI PAVAN - Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Londrina (2009). Professor do DAMAT na UTFPR-CP. Descreve como áreas de preferência, macroeconomia aplicada e modelagem macroeconômica, métodos quantitativos e computacionais.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise fílmica 105

Animação 105, 106, 108, 112, 115

B

Banana 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103

C

Capital Intelectual 32, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Capitalismo 1, 2, 9, 51, 53, 105, 106, 122

Cinema 105

Colaboração Premiada 72, 73, 74, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Competitividade 7, 11, 25, 32, 33, 37, 39, 40, 58, 67

Consumismo 105, 106, 110, 115

Crimes Financeiros 72, 74, 75, 86

D

Desenvolvimento socioeconômico 56, 57, 58, 62, 118, 119, 125, 131, 140

Dinâmica 3, 7, 9, 12, 13, 17, 21, 22, 25, 27, 45, 57, 63, 97, 118, 122, 124, 125, 126, 142

E

Educação 38, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 69, 70, 119, 120, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 140, 141, 142

Exportação 7, 8, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104

I

Instituições de Educação Superior 56, 57

J

Juventude 44, 45, 47, 51, 111

L

Lavagem de Dinheiro 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

M

Macroeconomia 13, 15, 73

Micro 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 30

P

Pequenas empresas 1, 2, 5, 7, 8, 11

Pesquisa bibliográfica 1, 2, 32, 33, 56

Q

Questão social 1, 2, 11, 12

R

Reestruturação produtiva 1, 3, 8, 9, 45, 54

Rigidez 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29

S

Salários 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 61, 131, 134, 135

Sindicato 1, 10, 11

T

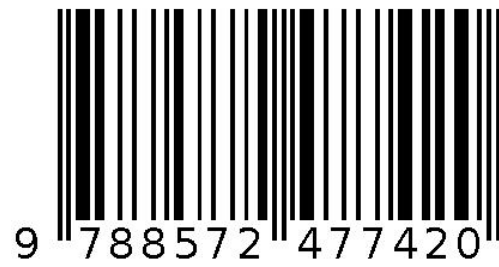
Teoria da Agência 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42

Trabalho 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 35, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 62, 66, 68, 74, 86, 90, 94, 96, 103, 105, 109, 119, 121, 124, 129, 131, 135, 142, 143

V

Vetor Autorregressivo 94

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-742-0



9 788572 477420